



Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 1º Semestre/2012
Prova B1

Parte I – Prova Objetiva

1. Segundo a constituição a seguridade social:

- a) é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos particulares para garantir os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;
- b) é um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva dos Poderes Públicos destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;
- c) é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;
- d) é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação e à assistência social.

2. Nos termos da Constituição Federal no controle de constitucionalidade ,

- a) a decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal nas decisões definitivas de mérito que possui eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos judiciários e à administração pública, é a adotada nos recursos extraordinários.
- b) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar, em tese, a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto normativo.
- c) a decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal nas decisões definitivas de mérito possui eficácia contra todos e efeito vinculante em todos os processos de sua competência.
- d) o Procurador-Geral da República poderá ser ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

3. Segundo previsão expressa da Constituição Federal, a pena de morte:

- a) não é admitida em nenhuma hipótese
- b) é admitida nos crimes hediondos
- c) poderá ser substituída pela pena de banimento, no caso de crimes contra a segurança nacional;
- d) é admitida no caso de guerra declarada.

4. A prisão de uma mulher na mesma cela de homens:

- a) não viola a Constituição nem norma infra-constitucional
- b) embora não viole preceito expresso da Constituição viola o espírito da Constituição;
- c) viola garantia expressa do artigo 5º da Consti-

tuição

- d) viola norma infra-constitucional apenas.

5. A previsão constitucional que determina a reserva de percentual dos cargos e empregos para as pessoas portadoras de deficiência tem como objetivo, precipuamente, promover o direito à:

- a) vida;
- b) liberdade individual
- c) igualdade material
- d) saúde.

6. Compete à União instituir impostos sobre:

- a) importação;
- b) transmissão causa mortis;
- c) propriedade predial e territorial urbana;
- d) sobre a renda dos Estados e municípios.

7. Em relação à legitimidade ativa e passiva do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado conforme a Constituição:

- a) são legitimados ativos as atuais e as futuras gerações e o Poder Público e a coletividade têm o dever de defendê-lo
- b) são legitimados ativos apenas as atuais gerações e o Poder Público e a coletividade têm o dever de defendê-lo
- c) são legitimados ativos as atuais e as futuras gerações e somente o Poder Público tem o dever de defendê-lo
- d) são legitimados ativos as atuais e as futuras gerações e somente a coletividade têm o dever de defendê-lo

8. No tocante aos índios, a Constituição da República de 1988 não prescreveu:

- a) que o Ministério Público deve intervir nos processos judiciais, apenas quando solicitado pelas comunidades e organizações indígenas.
- b) que são reconhecidos sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.
- c) que as terras que tradicionalmente ocupam são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- d) que o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional.

9. Segundo a Constituição não são bens da União:

- a) os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;
- b) o mar territorial
- c) os recursos minerais, inclusive os do subsolo



d) a fauna.

10. **A República Federativa do Brasil, conforme expressamente prevê o artigo 4º da Constituição Federal, rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, dentre outros, à exceção de :**

- a) igualdade entre os Estados;
- b) defesa da paz;
- c) dignidade da pessoa humana ;
- d) concessão de asilo político.

11. **Em matéria de princípios constitucionais de Direito Penal, é correto afirmar que:**

- a) a lei penal não retroagirá mesmo que seja para beneficiar o réu.
- b) a prática de racismo não é considerada crime, salvo se a vítima for detentor de função pública.
- c) os presos têm assegurado o respeito à sua integridade física, mas não à integridade moral.
- d) a Constituição não autoriza a criação de penas de trabalhos forçados.

12. **Assinale a alternativa incorreta:**

- a) A doutrina majoritária aponta os seguintes princípios para solucionar o conflito aparente de normas: princípio da especialidade, princípio da subsidiariedade e princípio da consunção.
- b) O crime é considerado tentado quando, iniciada a sua execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- c) Considera-se lei ultrativa aquela já revogada, porém ainda aplicável aos fatos ocorridos sob sua vigência, quando for considerada mais benéfica.
- d) No que se refere ao tempo do crime, a legislação brasileira adota a teoria da atividade apenas para o crime omissivo.

13. **Confrontando-se o arrependimento eficaz com a desistência voluntária, é correto dizer que:**

- a) Arrependimento eficaz isenta o agente dos atos típicos anteriormente praticados; a desistência voluntária não produz essa isenção.
- b) Enquanto o arrependimento eficaz gera a isenção da pena, a desistência voluntária traduz a exclusão da tipicidade.
- c) No arrependimento eficaz o agente, após ter esgotado os meios de que dispunha para a prática do crime, arrepende-se e, de forma voluntária, evita que o resultado ocorra. Já na desistência voluntária o agente inicia a execução, mas não a leva adiante, desistindo da realização típica.
- d) Nenhuma das alternativas acima está correta.

14. **Reconhece-se o concurso material de crimes quando:**

- a) há concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes.
- b) o agente, mediante uma só ação ou omissão pratica dois ou mais crimes idênticos ou não, aplicando-lhe a mais grave das penas cabíveis

ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

c) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicando-lhe cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

d) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicando-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

15. **Conforme o Direito Penal, assinale a alternativa correta:**

a) Extraterritorialidade é a aplicação das leis brasileiras aos crimes cometidos no território nacional.

b) São normas penais em branco aquelas cujo preceito primário é determinado quanto a seu conteúdo, mas o conceito sancionador é indeterminado.

c) O alcance da teoria da atividade serve para, dentre outros efeitos: determinar a imputabilidade do agente; fixar as circunstâncias do tipo penal; possibilitar eventual aplicação da anistia; dar oportunidade à prescrição.

d) Extradicação é a saída compulsória do território nacional quando o estrangeiro aqui se encontra de maneira irregular. Deportação é um instrumento de cooperação internacional na repressão à criminalidade por meio do qual um Estado entrega a outra pessoa acusada ou condenada, para que seja julgada ou submetida à execução da pena. Expulsão é a saída compulsória do território nacional do estrangeiro que seja considerado inconveniente ou nocivo aos interesses nacionais.

16. **Se diante de um determinado fato delitivo, verificar-se que há dolo na conduta inicial e culpa no resultado final, pode-se dizer que se configurou um crime:**

- a) preterdoloso.
- b) doloso puro.
- c) doloso misto.
- d) culposo misto.

17. **Assinale a alternativa correta em relação à imputabilidade penal:**

a) É isento de pena o agente que, por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

b) São inimputáveis as pessoas com idade compreendida entre 18 e 21 anos, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

c) Excluem a imputabilidade penal a emoção ou a paixão.



d) A pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato.

18. Considera-se em legítima defesa quem:

- a) pratica o fato sob coação irresistível.
- b) pratica o fato para salvar-se de perigo que ele próprio provocou.
- c) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio cujo sacrifício não era razoável exigir-se.
- d) pratica o fato utilizando moderadamente dos meios necessários para repelir uma agressão injusta a direito próprio ou de outrem, desde que a agressão seja atual ou iminente.

19. Aponte a alternativa correta.

- a) A pena restritiva de direitos não se converte em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.
- b) Se o condenado for reincidente, o juiz não poderá aplicar a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.
- c) Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la, se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.
- d) Na condenação superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por multa ou por uma pena restritiva de direitos.

20. A prática de racismo constitui-se em crime:

- a) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- b) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção.
- c) insuscetível de graça ou anistia, sujeito à pena de reclusão.
- d) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

21. Assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o Código Civil apenas são pessoas jurídicas de direito privado: (I) as associações; (II) as sociedades; (III) as fundações.
- b) As fundações devem ser criadas por escritura pública ou testamento, com dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destinam, e com declaração, se houver vontade, da maneira de administrá-las.
- c) A fundação poderá constituir-se para quaisquer fins.
- d) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado sempre deve ser precedida de autorização do Poder Executivo.

22. Ocorre erro substancial capaz de anular o negócio jurídico quando:

- a) se refere a aspectos periféricos do negócio
- b) concerne à identidade de terceiro interveniente

que não tem papel relevante na declaração de vontade

c) sendo de direito implica recusa à aplicação de lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico

d) sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.

23. São requisitos de validade do negócio jurídico:

- a) agente capaz e objeto autorizado por lei,
- b) agente relativamente capaz e forma não defesa em lei;
- c) objeto indeterminado e agente capaz
- d) agente capaz e forma prescrita ou não defesa em lei.

24. Não se destinando a vigência temporária, a lei

- a) vigorará até que outra a modifique ou revogue.
- b) vigorará enquanto não cair em desuso.
- c) só poderá ser revogada pela superveniência de nova ordem constitucional.
- d) somente vigorará, até que outra lei expressamente a revogue.

25. No sistema de direito civil brasileiro, a responsabilidade civil divide-se em dois regimes: o de responsabilidade subjetiva e o de responsabilidade objetiva. Assim, é CORRETO afirmar que a responsabilidade objetiva

- a) fundada no risco configura-se nos casos em que se determine que a conduta prevista na lei apresenta o caráter de risco.
- b) fundada no risco da atividade configura-se caso a caso, não havendo previsão legal expressa que a imponha.
- c) fundada no risco da atividade, configura-se quando a atividade desenvolvida pelo agente do dano é mais onerosa para certa pessoa que para outros integrantes da comunidade.
- d) tem caráter excepcional, configurando-se apenas nos casos em que a conduta geradora do dever de indenizar é expressamente prevista em lei.

26. Com relação à figura do litisconsórcio, mostra-se incorreta a alternativa:

- a) litisconsórcio necessário não pode ser dispensado, mesmo com o acordo geral dos litigantes.
- b) em regra, o litisconsórcio cria uma unidade procedimental, mas conserva a autonomia das ações cumuladas, de sorte que os pedidos reunidos pelos diversos autores, ou contra os diversos réus, mesmo sendo julgados por sentença formalmente una, não terão obrigatoriamente desfechos iguais.
- c) o litisconsórcio unitário sempre é necessário.
- d) tem o Juiz o poder de controlar a formação e o volume do litisconsórcio facultativo.

27. Quanto à organização da Justiça federal podemos afirmar:



- a) A divisão territorial desta justiça é a comarca que é definida por lei federal.
- b) As instâncias revisoras da Justiça Federal são os Tribunais Regionais Federais que se encontram em todos os estados da federação.
- c) Não há previsão do quinto constitucional na composição dos Tribunais Regionais Federais.
- d) Os Tribunais Regionais Federais têm competência recursal e originária.

28. São condições da ação, a

- a) citação válida no processo de conhecimento e a competência do órgão jurisdicional.
- b) competência do órgão jurisdicional e o interesse de agir.
- c) legitimidade de parte e a possibilidade jurídica do pedido.
- d) possibilidade jurídica do pedido e a imparcialidade do Juiz.

29. Segundo a Constituição Federal é competente para julgar mandado de segurança impetrado em face do gerente de agência do INSS:

- a) O juiz de direito do domicílio do impetrante caso não haja vara federal .
- b) O impetrante pode optar, caso não haja vara federal em seu domicílio, pelo juiz de direito ou pelo juiz federal competente com abrangência em seu domicílio.
- c) O mandado de segurança deve ser impetrado na justiça federal com abrangência em seu domicílio.
- d) O mandado de segurança deve ser impetrado no Tribunal Regional Federal porque tal autoridade tem prerrogativa de foro.

30. Em relação aos princípios gerais do processo marque a alternativa incorreta:

- a) O princípio do juiz natural tem como um dos seus objetivos garantir a imparcialidade do juiz.
- b) O princípio da igualdade das partes é aplicado da mesma forma no processo penal e no processo civil.
- c) É possível postergar a aplicação do princípio do contraditório quando se faz necessária a concessão de medidas urgentes sem a oitiva da outra parte.
- d) O ordenamento processual brasileiro adota o princípio da demanda quer na esfera penal quer na esfera civil.

31. Não se constitui em vedação aos membros do Ministério Público:

- a) exercer outra função pública de magistério.
- b) exercer atividade político-partidária.
- c) participar de sociedade comercial como sócio-gerente.
- d) exercer a advocacia.

32. Quanto ao exercício das funções institucionais do Ministério Público é incorreto afirmar:

mar:

- a) Tem o Ministério Público legitimidade exclusiva para promover a ação penal pública.
- b) Tem o Ministério Público legitimidade exclusiva para promover a ação civil pública.
- c) Tem o Ministério Público legitimidade concorrente para promover a ação direta de inconstitucionalidade.
- d) Tem o Ministério Público legitimidade concorrente para promover a defesa judicial dos interesses das populações indígenas.

33. O Ministério Público da União não abrange:

- a) o Ministério Público Federal;
- b) o Ministério Público do Trabalho
- c) o Ministério Público do Tribunal de contas da União
- d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

34. Pode-se afirmar em relação às garantias dos membros do Ministério Público que:

- a) a vitaliciedade é adquirida após um ano de exercício.
- b) em nenhuma hipótese é possível se remover o membro do Ministério Público do seu local de atuação;
- c) a irredutibilidade de vencimentos importa em revisão automática da remuneração em relação aos valores da inflação
- d) a vitaliciedade ocorre após o decurso do prazo constitucional e impede a perda do cargo senão por sentença transitada em julgado.

35. O Procurador-Geral da República é nomeado:

- a) pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de um ano, permitida a recondução.
- b) pelo Presidente da República dentre cidadãos, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, sendo vedada a recondução.
- c) pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pelo voto de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, para mandato de um ano, permitida a recondução.
- d) pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO



PROVA B1

	A	B	C	D	E		A	B	C	D	E	
01			■			C	19		■			C
02		■				B	20			■		D
03				■		D	21	■				B
04			■			C	22			■		D
05			■			C	23			■		D
06	■					A	24	■				A
07	■					A	25			■		D
08	■					A	26		■			C
09				■		D	27			■		D
10			■			C	28		■			C
11				■		D	29		■			C
12				■		D	30	■				B
13				■		D	31	■				A
14			■			C	32		■			B
15			■			C	33		■			C
16	■					A	34			■		D
17	■					A	35			■		D
18				■		D						